

Extrativismo: Reflexões a partir da Realidade Socioeconômica das Comunidades Coletoras de Castanha-do-Brasil de Tefé, AM



***Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Ocidental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento***

DOCUMENTOS 141

Extrativismo: Reflexões a partir da Realidade Socioeconômica das Comunidades Coletoras de Castanha-do-Brasil de Tefé, AM

*Lindomar de Jesus de Sousa Silva
Gilmar Antônio Meneghetti
José Olenilson Costa Pinheiro
Elizângela de França Carneiro
Bruna Pantoja Pereira*

***Embrapa Amazônia Ocidental
Manaus, AM
2018***

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Amazônia Ocidental
Rodovia AM-010, Km 29,
Estrada Manaus/Itacoatiara
69010-970, Manaus, Amazonas
Fone: (92) 3303-7800
Fax: (92) 3303-7820
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Comitê Local de Publicações
da Unidade Responsável

Presidente
Roberval Monteiro Bezerra de Lima

Secretária
Gleise Maria Teles de Oliveira

Membros
*Maria Augusta Abtibol Brito de Sousa, Maria
Perpétua Beleza Pereira e Marcos Vinícius
Bastos Garcia*

Revisão de texto
Maria Perpétua Beleza Pereira

Normalização bibliográfica
Maria Augusta Abtibol Brito de Sousa
(CRB 11/420)

Projeto gráfico da coleção
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Editoração eletrônica
Gleise Maria Teles de Oliveira

Foto da capa
Lúcio Cavalcanti

1ª edição
1ª impressão (2018): 300 tiragem

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Amazônia Ocidental

Extrativismo: reflexões a partir da realidade socioeconômica das comunidades
coletoras de castanha-do-brasil de Tefé, AM / Lindomar de Jesus de Sousa
Silva... [et al.]. – Manaus : Embrapa Amazônia Ocidental, 2018.

31 p. : il. color. - (Documentos / Embrapa Amazônia Ocidental, ISSN
1517-3135; 141).

1. Extrativismo. 2. Castanha-do-brasil. 3. Socioeconomia. I. Silva, Lindomar
de Jesus de Sousa. II. Meneghetti, Gilmar Antônio. III. Pinheiro, José Olenilson
Costa. IV. Carneiro, Elizângela de França. V. Pereira, Bruna Pantoja. VI. Série.

CDD 634.575

Autores

Lindomar de Jesus de Sousa Silva

Sociólogo, D.Sc. em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM

Gilmar Antônio Meneghetti

Engenheiro-agrônomo, M.Sc. em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, pesquisador da Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS

José Olenilson Costa Pinheiro

Economista, M.Sc. em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM

Elizângela de França Carneiro

Administradora, M.Sc. em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia, analista da Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas, TO

Bruna Pantoja Pereira

Bolsista de Iniciação Científica, Paic/Fapeam/Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM

Apresentação

A crescente demanda por produtos do extrativismo na Amazônia, em especial a castanha-do-brasil, sinaliza para estudos que possam contribuir, em nível de competitividade, tanto para os extrativistas quanto para o setor de beneficiamento, pois a procura atual por produto desse segmento demanda estudos consistentes, visando à inserção de tecnologias que possam trazer benefícios econômicos, sociais e ambientais dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável.

Este estudo tem como objetivo apresentar informações socioeconômicas dos extrativistas que têm na coleta e comercialização da castanha-do-brasil uma das principais fontes de renda da família. Outro propósito é caracterizar as atividades a partir das informações referentes à conservação, ao manejo, à produção e comercialização, permitindo, com isso, entender a dinâmica da atividade extrativista em comunidades do estado do Amazonas.

Perante o exposto, a presente publicação oferece informações relevantes quanto à agregação de valor e compreensão da dinâmica socioeconômica que se estabelece na cadeia produtiva da castanha-do-brasil, para subsidiar as tomadas de decisão, principalmente relacionadas a políticas públicas voltadas para a população extrativista. A atividade extrativa da castanha é considerada essencial para manutenção e conservação da Floresta Amazônica, além de ser um produto essencial para a sobrevivência das famílias de agricultores familiares e extrativistas, uma vez que contribui para a segurança alimentar e geração de renda.

Celso Paulo de Azevedo

Chefe-Geral Interino

Sumário

Introdução.....	9
A economia extrativista.....	9
Metodologia.....	14
Resultados e Discussão.....	16
Limites a serem superados.....	23
Considerações gerais.....	27
Referências	28

Introdução

Este estudo foi realizado em quatro comunidades do município de Tefé, AM: Caiambé, Santo Isidoro, Justiça e Marajó. O município caracteriza-se por ser um grande produtor de castanha no estado do Amazonas, como se constata ao longo do texto.

A caracterização dos extrativistas e da atividade extrativa apresentada neste estudo foi realizada a partir das informações socioeconômicas relacionadas à conservação, ao manejo, à produção e à comercialização, o que permitiu entender a dinâmica do extrativismo da castanha nas comunidades estudadas.

A metodologia utilizada teve um viés qualitativo, exploratório, descritivo, que utilizou como instrumento metodológico as entrevistas semiestruturadas com agricultores coletores de castanha-do-brasil.

A partir do entendimento da situação socioeconômica e da dinâmica do processo de coleta e comercialização da castanha, é possível aos órgãos responsáveis por políticas públicas fazerem as intervenções de forma mais qualificada. Pode-se dizer que não há uma política específica voltada à realidade das comunidades extrativistas. Uma política de desenvolvimento capaz de produzir impactos positivos na economia de comunidades, territórios, municípios e famílias necessita de um conjunto de investimentos públicos em infraestrutura de transporte, beneficiamento, armazenagem e comercialização, além de investimentos em extensão e comunicação rural, organização social e tecnologia. Uma política pública evitaria a evasão de recursos e produtos para outros municípios, estados e até países, como a Bolívia, via atravessadores e agentes econômicos.

A economia extrativa

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, considera os extrativistas grupos diferenciados, que “ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

Em muitas análises que tratam da preservação e conservação da Floresta Amazônica, os extrativistas são vistos como segmentos estratégicos, já que a atividade de coleta pressupõe a manutenção da floresta em uma relação de dependência mútua entre o homem e a natureza. Os limites dessas análises estão no fato de que muitas delas omitem, ou não aprofundam, as condições socioeconômicas e estruturas das comunidades extrativistas, colocando, muitas vezes, tais abordagens no campo da superficialidade. Esse tipo de abordagem ganha como adeptos aqueles que preferem focar na natureza, na exuberância da floresta e dos rios caudalosos da região, mas que, na maioria das vezes, invisibilizam e silenciam o ser humano, que há décadas vive o sofrimento, a miséria e as injustiças no interior da selva.

A valorização e transformação do extrativismo em instrumento de conservação e desenvolvimento sustentável necessitam, antes de tudo, superar barreiras históricas, como as mencionadas no Plano Nacional de Valorização de Produtos da Sociobiodiversidade (Brasil, 2009): regularização fundiária, falta de infraestrutura, transporte e energia, analfabetismo, falta de assistência técnica, entre outras. Para Sawyer (2009, p. 8), sem solucionar os fatores socioeconômicos e estruturais relacionados no Plano Nacional de Valorização de Produtos da Sociobiodiversidade (Brasil, 2009), “pouco ou nada adianta estimular comunidades a fazer uso sustentável de componentes da biodiversidade”, já que o resultado “acaba sendo multa, confisco, interdição, dívida, inadimplência, desmoralização e outros prejuízos materiais e morais para as comunidades e suas lideranças”.

O debate sobre extrativismo, desenvolvimento e bem-estar das comunidades coletoras de castanha-do-brasil é extremamente importante quando focado nas próprias comunidades. Em Tefé, município que está entre os principais produtores de castanha-do-brasil do estado do Amazonas, a produção no período de 2010 a 2016, girou em torno de 5.068 t, o que representou em média 724 t/ano. Em termos percentuais essa produção situou-se, no mesmo período, entre 4% e 8% do total da amêndoa coletada no estado do Amazonas, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1. Produção de castanha-do-brasil em Tefé, AM, e a participação do município, em percentual, no estado o Amazonas.

Ano	Produção de castanha-do-brasil (t)		Participação do município de Tefé na produção estadual (%)	Posição do município em relação ao demais produtores
	Amazonas	Tefé		
2010	16.039	600	3,74	7
2011	14.661	600	4,09	6
2012	10.478	800	7,03	4
2013	11.785	787	6,67	5
2014	12.901	801	6,20	6
2015	13.983	760	5,43	6
2016	14.945	720	4,81	3

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do IBGE, 2016.

Porém, por ser o município um grande produtor de castanha-do-brasil, farinha de mandioca e outros produtos agropecuários, ele apresenta alguns dados socioeconômicos que mostram que a agricultura e o extrativismo (coleta da castanha), da forma como estão estruturados, não representam alternativa de desenvolvimento e bem-estar às comunidades. A Tabela 2 revela o crescente processo de urbanização vivenciado pelo município nos últimos 19 anos, em que a população urbana, representante de pouco mais de 70% do total da população em 1991, passou para 81,48% em 2010. Em relação à população total, esta cresceu 16,26% de 1991 a 2000, mas decresceu 4,73% de 2000 a 2010. De modo geral, de 1991 a 2010, a população do município cresceu a uma média anual de 0,63%. A taxa média anual de crescimento da urbanização no período de foi de 0,48%. A população rural, de 1991 a 2010, teve redução de 23,90%. Essa redução pode significar que os elementos que compõem e sustentam o modo de vida das comunidades são frágeis, entre eles o de geração de renda. Pela taxa média de natalidade dos municípios do Amazonas no período, incluída a de Tefé, pode-se deduzir que houve significativo êxodo de pessoas de Tefé (meio rural e urbano) para outras cidades, municípios e estados.

Tabela 2. População de Tefé em 1991, 2000 e 2010.

Ano	População total	Rural	Urbana	Taxa de urbanização (%)
1991	53.970	14.913	39.057	72,37
2000	64.457	16.759	47.698	74,00
2010	61.408	11.348	50.060	81,48

Fonte: IBGE (2010); Atlas... (2013). Organizada pelos autores.

Os dados de Brasil (2018), que balizam a gestão do programa Bolsa-Família, mostram que há, no município, 8.638 famílias beneficiárias do referido programa. Essas famílias representam, aproximadamente, 49,37% da população total de Tefé, equivalendo a 5.230 famílias, que sem o programa, estariam na condição de extrema pobreza.

A tendência da manutenção do processo de urbanização e crescimento da pobreza está relacionada à ausência de uma política estatal de desenvolvimento capaz de aproveitar o potencial endógeno do território, principalmente os recursos naturais, como os produtos florestais não madeireiros, em especial, a castanha-do-brasil.

O potencial do município, pensando no desenvolvimento das comunidades extrativistas e seus recursos naturais, principalmente a castanha-do-brasil, pode ser listado a partir de sua localização. Segundo Porto (2012, p. 46), Tefé “desde o processo de colonização do Amazonas, se destacou como uma área de entreposto comercial”, o que constitui um fato importante para o processo de compra e venda dos produtos existentes nas comunidades”. Balzon (2011, p. 6) argumenta que a localização de Tefé seria um importante porto de “escoamento da produção da calha do rio Solimões”.

Além disso, o município poderia ser o centro aglutinador da produção da 2.^a Sub-Região – Região do Triângulo Jutai/Solimões/Juruá¹, que é responsável por aproximadamente 10% da produção dos estados nos últimos sete anos, como pode ser observado na Tabela 3.

¹ 2.^a Sub-região – Região do Triângulo Jutai/Solimões/Juruá – Compreendendo as áreas dos municípios: Alvarães, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Jutai, Maraã, Tefé e Uarini, é uma definição estabelecida na constituição do Amazonas, que traz, para efeito do que trata o art. 130 dessa Constituição, o espaço territorial do estado do Amazonas.

Tabela 3. Produção e coleta de castanha-do-brasil, em tonelada (t) e em percentual sobre o total do estado, no período de 2010 a 2016, nos municípios da região Solimões/Jutaí, Amazonas.

Município	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	T	%	t	%	t	%	t	%	T	%	T	%	t	%
Amazonas	16.039	100	14.661	100	10.478	100	11.785	100	12.901	100	13.983	100	14.945	100
Alvarães	840	5,23	630	4,29	185	1,76	270	2,29	290	2,24	280	2,00	280	1,87
Fonte Boa	345	2,15	250	1,70	350	3,34	250	2,12	160	1,24	160	1,14	152	1,01
Japurá	20	0,12	20	0,13	35	0,33	25	0,21	35	0,27	40	0,28	15	0,10
Juruá	25	0,15	25	0,17	33	0,31	50	0,42	60	0,46	8	0,22	7	0,04
Jutaí	25	0,15	20	0,13	19	0,18	33	0,28	34	0,26	32	0,05	33	0,22
Maraá	0	0	13	0,08	2	0,01	2	0,01	1	0,007	3	0,02	3	0,02
Uarini	13	0,08	40	0,27	50	0,47	118	1,01	120	0,93	118	0,84	150	1,00
Tefé	600	3,74	600	4,09	800	7,63	787	6,67	801	6,20	760	5,43	720	4,81
Total	1.860	11,59	1.598	10,89	1.474	14,06	1.535	13,02	1.501	11,63	1.401	10,01	1.360	9,10

Fonte: IBGE (2016). Dados organizados pelos autores.

A grande produção de castanha-do-brasil em Tefé, que é na 2.^a Sub-Região – Região do Triângulo Jutai/Solimões/Juruá, responde por 30% a 50% da produção da sub-região (Tabela 4), nos últimos sete anos, e o potencial dos municípios do entorno justificaria a existência de ação estatal voltada a apoiar o processo de produção, beneficiamento e comercialização do produto no município.

Tabela 4. Participação da produção de castanha-do-brasil, em percentual, do município de Tefé sobre o total produzido na região Solimões/Jutai.

Anos	Produção da Região Solimões/ Jutai (t)	Participação de Tefé na região (%)
2010	1.860	32.25
2011	1.598	37.54
2012	1.474	54.27
2013	1.535	51.27
2014	1.501	53.36
2015	1.401	54.24
2016	1.360	52.94

Fonte: IBGE (2016). Dados organizados pelos autores.

Observando os dados da produção extrativista e os números oficiais, como urbanização e níveis da pobreza, pode-se argumentar que os recursos naturais, tais como a castanha-do-brasil, não têm, no município, se constituído como um fator de desenvolvimento e bem-estar das comunidades rurais.

Metodologia

O município de Tefé, local da pesquisa, fica distante 522 km, em linha reta, da cidade de Manaus. O município pertence à Sub-Região – Região Solimões/Jutai, e conta com uma população de 62.230 mil habitantes, sendo que 12% (7.467 habitantes) vivem na zona rural (IBGE, 2016). O município é um importante centro econômico e social do Amazonas. Faz limite com os municípios de Coari, Tapauá, Caruari, Alvarães e Maraã (Figura 1).

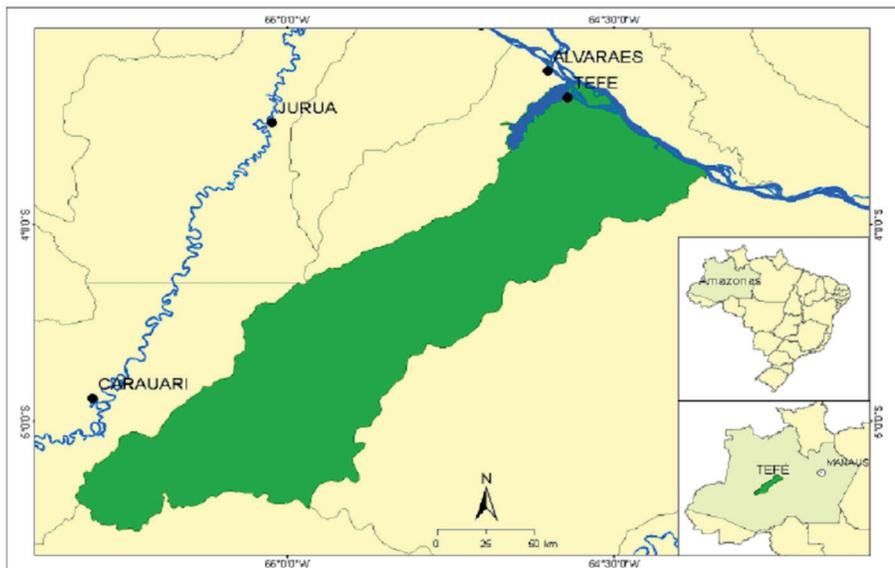


Figura 1. Localização do município de Tefé, AM.

Donato (2009 citado por Porto , 2011, p. 27)

Tefé encontra-se entre os dez maiores produtores de castanha-do-brasil do estado do Amazonas. O estudo foi realizado em quatro comunidades localizadas nos territórios mais produtivos do município² (Balzon, 2012, p. 6). As comunidades pesquisadas praticam a agricultura, o extrativismo e a pesca.

A metodologia utilizada na pesquisa teve um viés quantitativo e utilizou como instrumento de coleta de informações as entrevistas semiestruturadas com os extrativistas. Classificou-se também a pesquisa como sendo exploratória e descritiva, já que há poucos conhecimentos acumulados sobre a dinâmica socioeconômica das comunidades estudadas (Gil, 2002). Buscou-se coletar informações, descrever comportamentos e obter informações relacionadas à produção da castanha-do-brasil nas comunidades.

A imersão nas comunidades foi antecedida de ampla pesquisa bibliográfica na literatura e bancos de dados de instituições e órgão públicos, além

²O estudo de Balzon (2012, p. 6) mostra que as áreas mais produtivas do município de Tefé são a região da Resex Estadual Catuá/Ipixuna, a comunidade do Jutica, Marajó e Caimbé.

de coleta de informações com agentes sociais que conhecem ou estudam o município.

Nas comunidades foram entrevistados 31 extrativistas, número que representa 20% das pessoas que coletam castanha, somando as quatro comunidades. Essa porcentagem permitiu uma visão ampla e o entendimento da dinâmica socioeconômica relacionada à atividade extrativista da castanha-do-brasil nas comunidades, já que os entrevistados coletores estão na atividade há gerações. Para que a amostra fosse a mais representativa buscou-se seguir o princípio probabilístico simples, pelo qual os extrativistas entrevistados foram selecionados de forma aleatória, o que confere a todos os membros da população a mesma probabilidade de pertencer à amostra.

Os dados coletados foram sistematizados e analisados utilizando-se cálculos estatísticos simples.

Resultados e Discussão

Inicialmente a pesquisa mostrou que a coleta da castanha-do-brasil não é praticada por todos os membros das comunidades, principalmente devido à precariedade e insalubridade da atividade. Somente há grande adesão ao trabalho quando o produto alcança preços elevados e os extrativistas conseguem vislumbrar na coleta a possibilidade de obterem com a comercialização ganhos que possibilitem a consumação de alguns desejos pessoais ou materiais. Sem uma sinalização positiva do mercado, as coletas se restringem aos extrativistas tradicionais, que são aqueles que regularmente praticam essa atividade e que aprenderam com os pais (89%) e com os avós (11%) e aos que não têm nenhuma outra forma de ganho financeiro. É preciso considerar a penosidade da labuta nos castanhais, a ausência total de tecnologias e o baixo ganho dos extrativistas. Essas condições tornam o extrativismo uma atividade menos atrativa, em relação a outras, em grande parte das comunidades rurais do estado.

Sem perspectiva de ganho que possa equacionar os desejos, a atividade de coleta fica reduzida a 2,5 pessoas por família, que durante o período do fabrico precisam abrir caminho para fazer a coleta, quebrar os ouriços, lavá-los e transportar a produção pelas trilhas da floresta.

A questão da idade é um fator que precisa ser considerado. Nas comunidades extrativistas de Tefé, 39% possuem idade superior a 50 anos; 25%, entre 39 e 40; 23%, de 30 a 29 anos; e 12%, inferior a 30 anos. Esses dados apontam que, na maioria das comunidades, a atividade não vem agregando pessoas novas, e existe uma tendência de envelhecimento de quem pratica a coleta.

A separação em faixas de idade mostra que há um equilíbrio de gênero: nas faixas de 0 a 4 anos (55% de mulheres e 45% de homens), de 5 a 14 anos (54% mulheres e 46 homens), na faixa de 30 a 50 (52% mulheres e 48% homens), de 51 a 60 (40% mulheres e 60% homens). No entanto, há grande disparidade entre mulheres e homens nas faixas de 15 a 29 anos, cujas percentagens foram 33% e 67%, respectivamente. Esse fenômeno pode estar relacionado ao deslocamento das pessoas do sexo feminino para a cidade a fim de estudar e trabalhar, permanecendo, portanto, os homens nas atividades, que ainda hoje são extremamente exigentes de força física, como a pesca, a roçada e a coleta de castanha no meio da floresta. Outra discrepância ocorre entre pessoas com mais de 60 anos de idade, em que as mulheres representam 77% do total e os homens 23%, o que pode estar relacionado à expectativa de vida, com maior longevidade, decorrente de um maior cuidado com a saúde por parte das mulheres, e ao fato que vem ocorrendo no meio rural amazonense, o mesmo fenômeno que já é vivenciado no Sul e Nordeste do Brasil: as aposentadorias e pensões previdenciárias são “dirigidas a mulheres viúvas, solteiras ou separadas” (Minayo; Coimbra Júnior, 2002, p. 18). Os homens, devido a extenso período de sua vida submetidos ao trabalho pesado, às atividades agrícolas, à falta de cuidado com a saúde, acabam por perecer mais cedo.

Os aspectos idade, gênero e redução de mão de obra mostram a grande necessidade de tecnologia e inovação na perspectiva de “adoção de métodos de produção novos ou significativamente melhorados” na atividade de coleta de castanha, principalmente como meio de reduzir o esforço físico, agregar valor e melhorar a eficiência na coleta, de forma que ocorram impactos econômicos e sociais positivos e traduzidos em rendimentos monetários, desenvolvimento humano e econômico e bem-estar comunitário (Manual..., 2013, p. 56).

Entre as poucas inovações presenciadas nas comunidades estudadas está o uso do motor rabeta de 5,5 hp e o facão. O facão é ferramenta introduzida

nos castanhais no século XIX. A rabeta de 5,5 hp diminui o tempo e a distância no acesso entre os castanhais e a comunidade, e entre a comunidade e a sede do município. A rabeta possibilitou ao extrativista aproveitar mais e melhor o dia, transportar com rapidez sua produção, reduzir o esforço físico e o retorno diário para a sua casa. Porém, aumentou a necessidade de dinheiro para aquisição do combustível, o que, na maioria das vezes, significa maior dependência do extrativista ao comerciante e ao patrão, os únicos que possuem combustíveis nas comunidades e que comercializam o produto a preços exorbitantes.

A necessidade de tecnologia e inovação está em outras atividades agrícolas e extrativas que são responsáveis por produzir renda para os extrativistas. É gritante a ausência de tecnologia e inovação na produção de mandioca, realizada mediante práticas rudimentares e tradicionais, praticada por 98% dos entrevistados³; na pesca extrativa, realizada por 97% dos extrativistas, principalmente, por ser uma atividade para garantir proteína e renda diariamente com a sua comercialização.

Inovação e tecnologia poderiam contribuir para um melhor aproveitamento das atividades produtivas praticadas e dos recursos naturais disponíveis. É importante ressaltar que o extrativista é multifuncional, ou seja, como diz Pereira et al. (2015, p. 62), os extrativistas no Amazonas “não necessariamente derivam da combinação de atividades agrícolas com atividades não tipicamente agrícolas, mas sim do manejo simultâneo de diversos recursos naturais e ecossistemas terrestres (terra firme) e aquáticos (várzea) e de atividades produtivas”, “combinam a agricultura e a pecuária com a exploração de recursos florestais, notadamente a exploração dos assim chamados produtos florestais não madeireiros (PFNMs), a pesca e a caça.”

Com base nas entrevistas, há uma nítida articulação de múltiplas atividades no decorrer do ano: 32% colhem açaí, 31% cultivam banana e 28% produzem cana-de-açúcar. Em relação às rendas não agrícolas, 25% dos agricultores já são aposentados, 55% recebem bolsa-família, 73% recebem seguro-defeso, 8% possuem algum tipo de comércio, 2% trabalham na prefeitura, principal-

³ Na comunidade Jutica há uma pequena indústria de embalagem de farinha de mandioca, que compra a produção da comunidade e emprega moradores locais. Essa indústria possui o mesmo nome da comunidade e também adquire a produção de castanha de comunitários do local e de coletores de comunidades próximas.

mente, como vigilantes, serviços gerais e merendeiros na escola da comunidade, e 12% trabalham como diaristas em propriedades rurais ou em serviços braçais, como limpeza e construção de obras, na comunidade ou na cidade.

A introdução de tecnologia e inovação poderia aumentar a produtividade e os ganhos nas atividades que ainda hoje são praticadas de forma rudimentar e sem representarem ganhos condizentes com os níveis de dedicação despendidos pelos extrativistas.

Observando o conjunto da composição da renda anual dos entrevistados, constatou-se que somente em 13% dos casos a agricultura é responsável por mais de 50% da renda; outros 13% possuem o extrativismo com fonte que responde por mais de 50%. Com relação às rendas não agrícolas (aposentadoria, bolsa-família, seguro-defeso, serviço público e comércio), a porcentagem é de 23% dos casos em que aparece como renda que responde por mais de 50% do rendimento anual, ou seja 48% dos entrevistados precisam ter como estratégias para suprir suas necessidades a articulação entre agricultura, extrativismo e renda não agrícola, como pode ser observado na Tabela 5.

A Tabela 5 e a Figura 2 mostram que a renda média bruta familiar, mensal, oriunda das atividades desenvolvidas pelos agricultores entrevistados das quatro comunidades era de R\$ 1.641,09, ou seja, 1,86 salário mínimo da época, em 2016. Essa renda bruta média geral era assim formada: 31% pelas atividades agrícolas, 31% pelo extrativismo e 38% pelas atividades não agrícolas. Há um equilíbrio entre as três fontes de geração de renda das comunidades estudadas. Quase a metade, 48% das famílias, tem renda bruta abaixo da média. Considerando a renda líquida oriunda dessas atividades e o número de pessoas de cada família, que estão abaixo da média da renda dos entrevistados, estas terão um rendimento líquido próximo à linha da pobreza, parâmetro utilizado pelo Banco Mundial. Ainda assim, a renda dos entrevistados das quatro comunidades de Tefé é superior a outras estudadas em diferentes regiões do Amazonas.

Tabela 5. Composição da renda dos extrativistas das comunidades pesquisadas em Tefé, AM.

N	Total	Agricultura		Extrativismo		Não agrícola	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
1	26.773,00	1.800,00	6,72	12.365,00	46,18	12.608,00	47,09
2	31.344,00	11.500,00	36,69	13.680,00	43,64	6.164,00	19,67
3	35.174,00	19.420,00	55,21	9.590,00	27,26	6.164,00	17,52
4	20.458,00	3.600,00	17,6	4.250,00	20,77	12.608,00	61,63
5	12.054,00	4.800,00	39,82	4.890,00	40,57	2.364,00	19,61
7	28.944,00	900,00	3,11	4.800,00	16,58	23.244,00	80,31
8	8.599,00	350,00	4,07	3.005,00	34,95	5.244,00	60,98
9	31.864,00	16.500,00	51,78	10.500,00	32,95	4.864,00	15,26
10	33.594,00	17.880,00	53,22	13.350,00	39,74	2.364,00	7,04
11	36.508,00	18.200,00	49,85	2.300,00	6,3	16.008,00	43,85
12	28.200,00	8.000,00	28,37	10.000,00	35,46	10.200,00	36,17
13	16.964,00	5.000,00	29,47	6.800,00	40,08	5.164,00	30,44
14	24.114,00	16.000,00	66,35	5.750,00	23,85	2.364,00	9,8
15	23.494,00	5.300,00	22,56	7.950,00	33,84	10.244,00	43,6
16	17.714,00	2.100,00	11,86	10.450,00	58,99	5.164,00	29,15
17	11.100,00	3.400,00	30,63	4.500,00	40,54	3.200,00	28,83
18	27.751,00	15.000,00	54,05	8.600,00	30,99	4.151,00	14,96
19	12.330,00	2.500,00	20,28	9.830,00	79,72	-	0
20	9.564,00	900,00	9,41	6.300,00	65,87	2.364,00	24,72
21	22.458,00	1.300,00	5,79	5.350,00	23,82	15.808,00	70,39
22	16.700,00	4.000,00	23,95	5.500,00	32,93	7.200,00	43,11
23	11.904,00	3.000,00	25,2	6.540,00	54,94	2.364,00	19,86
24	14.204,00	5.600,00	39,43	3.040,00	21,4	5.564,00	39,17
25	19.208,00	2.200,00	11,45	4.400,00	22,91	12.608,00	65,64
26	13.394,00	6.000,00	44,8	2.230,00	16,65	5.164,00	38,55
27	14.164,00	4.400,00	31,06	3.600,00	25,42	6.164,00	43,52
28	19.794,00	2.850,00	14,4	3.900,00	19,7	13.044,00	65,9
29	7.564,00	3.750,00	49,58	1.450,00	19,17	2.364,00	31,25
30	10.014,00	1.500,00	14,98	4.350,00	43,44	4.164,00	41,58
31	24.538,00	1.200,00	4,89	730,00	2,97	22.608,00	92,13

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

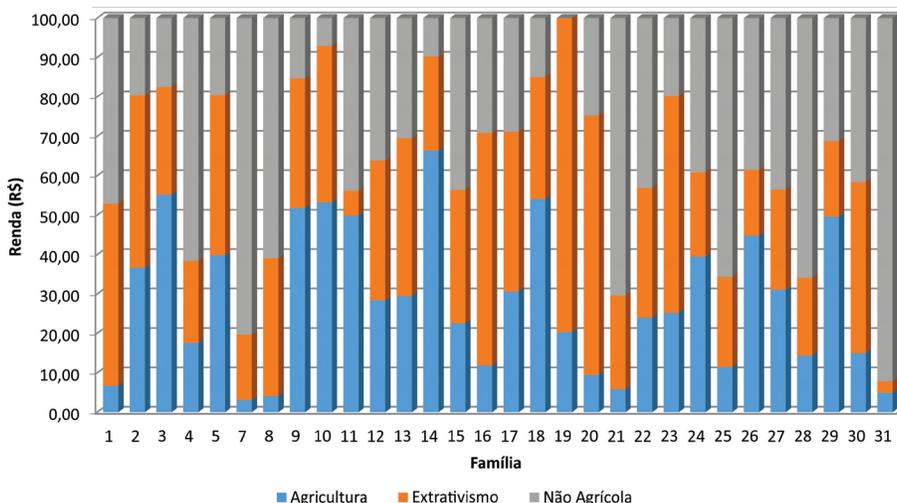


Figura 2. Participação das receitas agrícola, extrativa e não agrícola na formação da renda das 31 famílias de agricultores extrativistas.

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Um exercício de cálculo com base nos dados levantados pela pesquisa mostra que a renda bruta por pessoa da família, apresentado na Tabela 6, variou de R\$ 119,00 a R\$ 1.022,00. O intervalo de renda familiar mensal mostra uma situação em que a maioria dos pesquisados ganha até três salários mínimos brutos⁴. Esse rendimento só é possível de ser alcançado com a soma das atividades agrícolas, extrativas e das rendas não agrícolas.

Entre os produtos extrativos, destacam-se a pesca, realizada o ano todo, o açaí e a castanha-do-brasil. A castanha-do-brasil representa apenas 10% do rendimento anual dos agricultores, dependendo do fabrico, sujeito às dádivas da natureza, já que não é realizado processo de manejo nos castanhais, e a coleta é feita sem nenhuma inovação tecnológica, com métodos arcaicos, rudimentares e demandantes de grande esforço físico, além de tratar-se de um produto cuja comercialização é feita in natura, sem nenhum ou com pouco valor agregado, e que, muitas vezes, serve como crédito, em que a produção futura permite ao agricultor extrativista aviar gasolina, gelo e gêneros alimentícios.

⁴ O salário mínimo em 2016 era de R\$ 880,00.

Tabela 6. Renda mensal e renda per capita, por família, das comunidades pesquisadas em Tefé, AM.

N	Renda	Renda familiar mensal	Número de pessoas por família	Renda per capita familiar (mensal)	Contribuição das atividades das rendas agrícolas/extrativistas e não agrícolas		
					Agricultura	Extrativismo	Não agrícola
1	26.773,00	2.231,08	6	371,00	6,72	46,18	47,09
2	31.344,00	2.612,00	7	373,00	36,69	43,64	19,67
3	35.174,00	2.931,00	9	325,00	55,21	27,26	17,52
4	20.458,00	1.704,00	6	284,00	17,60	20,77	61,63
5	12.054,00	1.004,50	3	334,00	39,82	40,57	19,61
7	28.944,00	2.412,00	3	804,00	3,11	16,58	80,31
8	8.599,00	716,00	6	119,00	4,07	34,95	60,98
9	31.864,00	2.655,00	9	295,00	51,78	32,95	15,26
10	33.594,00	2.799,50	3	933,00	53,22	39,74	7,04
11	36.508,00	3.042,00	8	380,00	49,85	6,30	43,85
12	28.200,00	2.350,00	3	783,00	28,37	35,46	36,17
13	16.964,00	1.413,00	8	176,00	29,47	40,08	30,44
14	24.114,00	2.009,50	3	669,00	66,35	23,85	9,80
15	23.494,00	1.957,00	6	326,00	22,56	33,84	43,60
16	17.714,00	1.476,00	2	738,00	11,86	58,99	29,15
17	11.100,00	925,00	5	185,00	30,63	40,54	28,83
18	27.751,00	2.312,00	4	578,00	54,05	30,99	14,96
19	12.330,00	1.027,00	3	342,00	20,28	79,72	-
20	9.564,00	797,00	3	265,00	9,41	65,87	24,72
21	22.458,00	1.871,00	4	467,00	5,79	23,82	70,39
22	16.700,00	1.391,00	6	231,00	23,95	32,93	43,11
23	11.904,00	992,00	3	330,00	25,20	54,94	19,86
24	14.204,00	1.183,00	3	395,00	39,43	21,40	39,17
25	19.208,00	1.600,00	2	800,00	11,45	22,91	65,64
26	13.394,00	1.116,00	7	159,00	44,80	16,65	38,55
27	14.164,00	1.180,00	2	590,00	31,06	25,42	43,52
28	19.794,00	1.649,50	4	412,00	14,40	19,70	65,90
29	7.564,00	630,00	4	157,00	49,58	19,17	31,25
30	10.014,00	834,50	7	119,00	14,98	43,44	41,58
31	24.538,00	2.044,83	2	1.022,00	4,89	2,97	92,13

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Essa constatação comprova a necessidade de aperfeiçoar os aspectos produtivos, organizativos e de comercialização da produção de castanha-do-brasil, produto de grande potencial econômico nos mercados nacional e internacional, apontada por muitos analistas como um produto fundamental para manter a floresta em pé, para manter a Amazônia preservada.

Há um percentual de 12% dos comunitários que, entre suas atividades de geração de renda, trabalham como diaristas em propriedade e residências das comunidades. Esse fator indica a diminuição da força de trabalho em muitas unidades, o que impacta diretamente no aumento do custo de produção das atividades, principalmente a agrícola, e, de modo especial, a produção de farinha de mandioca.

A manutenção ou a continuidade desse serviço está diretamente vinculada aos ganhos com o produto na comercialização. Por outro lado, a venda de mão de obra na forma de diária é uma possibilidade de complementação de renda por parte de algumas famílias. É importante ressaltar que há o diarista que trabalha na cidade e reside na comunidade. Esse diarista desenvolve atividades braçais e, quando a comunidade é mais próxima do local de prestação de serviço, com a ligação terrestre e alguns minutos de rabetá, ele volta à comunidade, diariamente. Quando o local de trabalho é distante da moradia do comunitário prestador de serviço, este só retorna para casa nos finais de semana. Sobre as atividades dos diaristas é importante salientar que são realizadas tarefas braçais, sem agregação de valor e, portanto, sem grande impacto na renda e no desenvolvimento da comunidade em seus aspectos econômico e social.

Limites a serem superados

Na história das comunidades rurais da Amazônia, políticas públicas e desenvolvimento rural somente ocorrem mediante incidência das organizações de classes sobre as esferas governamentais. Organização social e organização política são essenciais para que haja acesso a crédito, assistência técnica, inovação e outros. No caso das comunidades de Tefé, os aspectos organizativos e políticos são muito limitados.

Uma ação organizativa capaz de incidir em favor de seus associados deveria buscar a superação das condições atuais de produção, ou seja, deveria

agir para reduzir o trabalho, aumentar a produção e buscar novos mercados, principalmente dotando os extrativistas de “poder”, quando a questão é “a superação das relações sociais de exploração” a que estão “submetidos no processo de comercialização com os atravessadores” (Silva, 2010, p. 122). Tal processo é narrado por Silva (2010) em sua abordagem do processo organizativo no Acre. Segundo Silva (2010, p. 117),

Como o mercado é uma construção social, os próprios extrativistas vêm buscando alternativas para superar esses problemas e impedir que a situação de abandono e de submissão diante dos atravessadores continue a existir. Uma das formas mais comuns verificadas nas últimas décadas e que têm se mostrado capaz de alterar pelo menos em parte essa situação é a organização social. Por isso mesmo, verifica-se, a cada ano, o número crescente de cooperativas que surgem com vistas a conquistar acesso aos parques recintos de políticas públicas que são criadas em prol desse setor. Ou seja, pelo fato de não disporem de bens físicos para dar em garantia nas instituições de crédito, os extrativistas, reunidos em associações ou cooperativas, na verdade empenham suas relações sociais. Assim, o capital social é usado para ampliar os serviços de crédito disponíveis nessas comunidades.

Em relação à organização social dos extrativistas são feitas algumas considerações. Nas comunidades estudadas há extrativistas filiados em organizações, como sindicatos e associação comunitária. A pesquisa aponta que 45% dos entrevistados se dizem associados a algum tipo de organização.

O grande problema é que nenhuma dessas organizações tem ação política sobre as esferas do estado ou da iniciativa privada visando à melhoria da condição dos extrativistas. São organizações de baixa intensidade, ou seja, não produzem impactos sobre o desenvolvimento da coletividade, em nenhuma dimensão, nem econômica, nem social, cultural ou política. Sua ação é pontual, limitando-se a vender algum produto, mediar a liberação de um seguro ou de um benefício, facilitar para que alguns extrativistas ou agricultores possam obter a emissão de um nota fiscal para comercializar junto ao poder público.

Durante a pesquisa foram identificadas duas organizações: o sindicato de pescadores (Sinpesca), ao qual 78% dos entrevistados são filiados, e a Associação de Produtores de Cana-de-açúcar (Aprocansi) com 12%. Essas

duas organizações possuem focos específicos. O sindicato visa à garantia dos direitos sociais, como aposentadoria, seguro-defeso e outros; a associação, em alguns casos, intermedeia a comercialização de alguns produtos agrícolas para merenda escolar.

Não foi identificada, na pesquisa, nenhuma organização com ações voltadas para pensar o desenvolvimento das comunidades, especialmente na questão extrativista, como, por exemplo, da castanha-do-brasil, tampouco a participação do poder público ou privado em melhorias do processo produtivo e da comercialização. Nesse aspecto, os agricultores estão à deriva, deixados à própria sorte.

A ausência de uma organização voltada para garantir o bem-estar coletivo entre os extrativistas se reflete na comercialização da castanha, em que 100% da produção é comercializada para os atravessadores, seja na própria comunidade (71%), seja no porto da cidade (29%). Essa situação evidencia o domínio e o poder dos atravessadores na dinâmica de comercialização dos produtos extrativistas e explica o ganho risível obtido pelos agricultores ao vender sua produção. Além de controlar o aspecto comercial, os atravessadores fidelizam 45% dos extrativistas, por meio de adiantamento de recursos, materiais ou alimentos não perecíveis, na maioria das vezes sob condições obscuras, uma prática que ficou conhecida, no decorrer da história, como “aviamento”. É um tipo de relação de subordinação muito intenso e predominante nos tempos da borracha, entre seringalistas e seringueiros, e que está presente ainda hoje também na coleta da castanha.

Além dos limites organizativos, a educação constitui aspecto essencial e capaz de influenciar ou não no desenvolvimento da comunidade. Os extrativistas de Tefé possuem extrema fragilidade na dimensão educacional. Considerando o universo familiar, os dados coletados mostram que 17% dos extrativistas são analfabetos; 48% encontram-se nas séries iniciais do ensino básico, ou seja, entre o primeiro e o quinto ano; 19% entre o sexto e o nono ano; e 12% estão no ensino médio e; somente 3% concluíram o ensino médio. A educação por si só não promove o desenvolvimento, mas propicia elementos para isso e permite aos indivíduos acessar recursos disponibilizados em meios de difusão de tecnologias, ter facilidade em formulações e orientações técnicas e alcançar parâmetros mais sólidos de qualificação, que pode desencadear um processo de melhoria de vida individual e comunitário.

A estrutura fundiária constitui fator limitante do extrativismo, já que as áreas de coleta ainda pertencem à família, ou seja, ainda são castanhais privados ou em áreas devolutas. No caso dos extrativistas das comunidades de Tefé, 44% coletam em áreas particulares, 33% coletam em áreas devolutas e 23% não sabem a situação da área. A pesquisa bibliográfica mostra que na região de Jutica há um grande castanhal pertencente à família Cunha e outro castanhal, próximo à comunidade de Santo Isidoro, pertencente ao senhor Jorge Rezala, que, segundo Rodrigues (2011, p. 94), “morreu sem deixar herdeiros”. Rodrigues (2011, p. 94) afirma que o Senhor Jorge Rezala era dono de “quase todos os castanhais localizados na região do Lago de Tefé”. Tais aspectos evidenciam a insegurança fundiária vivida pelos extrativistas da região pesquisada, porém, nas entrevistas, não foram relatados conflitos entre extrativistas e proprietários, mesmo que haja um arranjo estabelecido entre o proprietário e a comunidade.

Outro fator limitante é a inexistência da assistência técnica disponibilizada aos coletores, conseqüentemente são mantidas as mesmas técnicas rudimentares estabelecidas há cem anos. É sobretudo a ausência de assistência técnica que faz com que não exista um cuidado com a castanha coletada na forma de ouriço. Nas comunidades, somente 3% já construíram jirau, que é um local usado para secar os ouriços; 13% evitam deixar os ouriços amontoados na floresta, preocupados principalmente com a concorrência e possíveis furtos entre os extrativistas; e 84% quebram os ouriços diretamente no chão, sem nenhuma proteção. O terçado ou facão utilizado na quebra é o mesmo para todas as atividades nas unidades familiares. A seleção das castanhas é realizada no decorrer da lavagem, em igarapé, e a secagem geralmente é realizada em algum compartimento da residência.

No âmbito das limitações, o baixo nível tecnológico e de inovação é um tema essencial para reflexão. Esse baixo nível tecnológico constitui um desafio para superar problemas, como redução e envelhecimento da mão de obra nos castanhais, assim como aproveitar a castanha-do-brasil como produto capaz de impulsionar o desenvolvimento das comunidades, garantir ao produto uma posição vantajosa no mercado com a melhoria do processo de coleta, limpeza, armazenamento, processamento e comercialização. Esse processo somente é possível em um contexto onde haja ação da política pública voltada a desenvolver as comunidades extrativistas do Amazonas.

Considerações gerais

O extrativismo pode contribuir fortemente para a conservação da Floresta Amazônica e para a construção de um modo sustentável de vida para as comunidades amazônicas. Conservar a floresta é vital não só para a Amazônia, mas para outras regiões do Brasil, uma vez que determina os fluxos de água e regime de chuvas para a maior parte do País.

O estudo realizado destaca a castanha-do-brasil como um produto extrativo, todavia a região Norte do País tem centenas de possibilidades de produtos que podem ser extraídos para consumo, seja como alimento, essências, seja como matérias-primas que podem ser destinadas a diferentes ramos da indústria.

Os produtos da Amazônia têm um valor em si, como é o caso do valor nutricional da castanha-do-brasil, produto aceito e desejado no mundo inteiro. Também têm valor adicional por serem encontrados somente nessa região, a exemplo de resinas, óleos, essências e frutos que só existem na Amazônia. Tais produtos têm um apelo social no mundo, são produzidos e coletados por famílias de pequenos agricultores/coletores que vivem e fazem parte desse ambiente, ou seja, têm interesse na sua preservação. Esses ativos de valores geográficos, culturais, sociais, de modo de vida têm que se traduzir em valor econômico dos produtos na comercialização e geração de renda e vida digna aos extrativistas, entre eles os coletores de castanha.

O extrativismo da castanha necessita estar integrado a outras atividades desenvolvidas pelas famílias coletoras desse produto. Na atual condição, como mostra o estudo, a renda gerada pelo extrativismo alcança em torno de 31% da renda das famílias, sendo que a castanha responde por apenas 10%. A renda bruta média mensal das famílias entrevistadas, por trabalhador, alcançou o valor de 0,70 salários mínimos. Considerando o salário mínimo como nível mínimo de reprodução social, talvez se encontre aqui um dos fatores de êxodo dos jovens do meio rural. Não é o único.

Para viabilizar o extrativismo como parte de um modo de vida para as populações envolvidas, pensando em um processo de desenvolvimento, há a necessidade de superação de alguns fatores limitantes. Um deles é a questão educacional e de escolaridade. Não se pode pensar desenvolvimento,

autonomia, respeito à cultura com baixo nível de educação e escolaridade e elevado índice de analfabetismo, como ocorre nas comunidades estudadas. Um segundo fator determinante é a organização social das comunidades, como meio de fortalecer a produção. Por meio dela se pode agregar valor ao produto e assumir o controle de alguns elos da cadeia de produção e comercialização, como é o caso da farinha de mandioca e da castanha, melhorando a renda das famílias.

A ausência de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento das comunidades extrativas é outro fator limitante. Essas políticas precisam contemplar o apoio tecnológico, por meio da extensão, do acesso a recursos, inovação tecnológica para todas as atividades, pensando na humanização do trabalho, no aumento da produtividade e da produção, na agregação de valor dos produtos, no apoio à organização e busca de mercados para os produtos de alto valor, oriundos do extrativismo.

Os dados apresentados no presente trabalho mostram que o desenvolvimento e a sustentabilidade das comunidades extrativistas amazônicas, como a efetivação de seu papel de “guardião” da floresta, necessitam de uma política efetiva e eficaz de superação das condições de pobreza e miséria decorrente de um estrutura socioeconômica em que o seu produto, no caso a castanha-do-brasil, é valorizado no mercado final; enquanto a coleta, muitas vezes, ocorre em condição de extrema exploração e fragilidade social, econômica e política dos extrativistas. Sendo assim, o trabalho visa contribuir para uma leitura mais apropriada das comunidades extrativistas do Amazonas.

Referências

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. **Perfil municipal de Tefé, AM**. Brasília, DF: PNUD: IPEA: Fundação João Pinheiro, 2013.

BALSON, A. T. Diagnóstico do potencial de produção de castanha-do-brasil no Município de Tefé para instalação de uma usina de beneficiamento – estudo de viabilidade econômica. **Revista Giz**, maio 2012.

BRASIL. **Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa família e cadastro único no seu município**. 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 12 jun. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Altas, 2002.

IBGE. **Portal do IBGE. 2016**. Acesso em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Disponível em: 12 set. 2016.

MANUAL de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Campinas: OECD, 2013. Disponível em: <http://download.finep.gov.br/imprensa/manual_de_oslo.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

MINAYO, M. C. de S.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: MINAYO, M. C. de S.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 11-24.

PEREIRA, H. dos S.; VINHOTE, M. L. A.; ZINGRA, A. F. C.; TAKEDA, W. M. A multifuncionalidade da agricultura familiar no Amazonas: desafios para a inovação sustentável. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 1, n. 5, p. 59-74, 2015.

PORTO, K. S. **Impactos socioambientais do processo de ocupação da orla do município de Tefé/Amazonas** – o bairro do Juruá. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, E. A. **Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SAWYER, D. **Entraves regulatórios de atividades extrativistas na Amazônia: problemas, enfrentamento e soluções**. Nota Técnica elaborada para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), com apoio da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. [Brasília, DF], 2009.

SILVA, S. M. P. Estado e políticas públicas no mercado de castanha-do-brasil no Estado do Acre: uma análise pela abordagem do desenvolvimento local. **Revista IDEAS**, v. 4, n. esp., p. 103-128, jun./jul. 2010.

SUSSUMO, M. V. P.; MENDES, O. L. **Dinâmica do espaço agrário no município de Tefé: reflexões iniciais sobre as comunidades Barreira da Missão, Santa Maria, Santo Isidoro.** Trabalho apresentado nos anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

Divulgação e acabamento
Embrapa Amazônia Ocidental

Embrapa

Amazônia Ocidental

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



CGPE 14823